

DE OLHO NO MUNDO DO

TABACO



PELA VALORIZAÇÃO
DO TRABALHO, DA SAÚDE E DA VIDA!

BOLETIM DE JANEIRO

QUEDA NAS **EXPORTAÇÕES**
DE **TABACO** REFORÇA
NECESSIDADE DE
FORTALECIMENTO DO
ARTIGO 17 DA
CONVENÇÃO-QUADRO

BOLETIM DE JANEIRO

O Boletim de Janeiro do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) destaca a queda nas exportações do tabaco brasileiro registrada em 2014. Nosso país, maior exportador mundial, vendeu 24% menos do que em 2013. Essa queda teve reflexo na área plantada que diminuiu 4,3% na atual safra e deve ser ainda menor na próxima.

Esses dados confirmam a necessidade de se fortalecer o Artigo 17 da Convenção –Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial de Saúde (OMS) que trata sobre a diversificação de Culturas em propriedades que produzem tabaco.

CONFIRA

REDUÇÃO NA ÁREA PLANTADA 3

CONSEQUENTE QUEDA NA PRODUÇÃO 3

FETAG PREOCUPADA 4



TABACO: QUEDA NAS EXPORTAÇÕES CONFIRMA NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DO ARTIGO 17 DA CONVENÇÃO-QUADRO

3 FUMAGEIRAS NÃO CUMPREM ACORDO DE PREÇO

BOLETIM DE JANEIRO

Queda nas exportações confirma necessidade de fortalecimento do Artigo 17 da Convenção-Quadro

Concluído o ano de 2014, o Brasil vivenciou uma queda de 7% na sua balança comercial em comparação a 2013. Em 2014, os valores obtidos com o total das exportações foram de US\$ 225,1 bilhões, significando US\$ 16,9 bilhões a menos que no ano anterior.

O fumo, embora represente apenas 1,1% do valor das exportações brasileiras (2014), teve uma queda maior que a média geral. O valor obtido pelo Brasil com as exportações de tabaco foi 23,5% menor que em 2013. E a queda no volume exportado foi 24,1% menor que no ano anterior. O país exportou 151.009 toneladas a menos que em 2013, o que representa perto de 20% do volume total de fumo produzido no Brasil. As empresas exportadoras conseguiram melhorar um pouquinho o preço por quilo de fumo que passou de US\$ 5,22 para US\$ 5,25.

Isso quer dizer que, para os agricultores familiares produtores de fumo no Brasil, o Artigo 17 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco começou a ter sentido e a valer efetivamente a partir de 2014. Aquilo que se dizia em 2005, quando a Convenção foi ratificada, que os efeitos sobre os produtores aconteceriam em médio prazo, está de fato acontecendo. E a queda nas exportações é o sinal mais explícito desta realidade. É até possível que haja oscilações positivas nos próximos anos, pois o mercado internacional tem seu "sobe-e-desce normal" e isso é mais forte ainda quando se trata de cada país.

O Brasil exporta 87% de todo o fumo produzido pelos agricultores, vendendo para cerca de 100 países diferentes. Mas, destes há 15 países que, pelos dados de 2013, importaram mais de 10 mil toneladas, representando 77,2% do fumo brasileiro exportado. Há 16 países que

importaram entre três mil e dez mil toneladas, representando 14,1% das exportações brasileiras. E com um nível de importação entre mil e três mil toneladas estão mais 13 nações, que recebem 4,5% do fumo brasileiro. Os demais 55 países são pequenos importadores (menos de mil toneladas), para os quais vão 4,2% do nosso fumo.

No primeiro grupo de países importadores (acima de 10 mil toneladas) a queda no volume exportado de 2013 para 2014 foi de 26,1%. Os Estados Unidos, país que é também um grande exportador de fumo e quem detém o maior controle sobre os estoques mundiais do produto, foi quem menos importou fumo brasileiro, em termos quantitativos: 28.195 toneladas, seguido pela Bélgica, o maior importador de fumo brasileiro (25.993 toneladas) e pela China (11.266 toneladas). Deste primeiro bloco de 15 países, apenas a Turquia, que também é um importante produtor, ampliou em 9,4% a quantidade de fumo importado do Brasil.

No segundo bloco de 16 países intermediários (importações entre três mil e dez mil toneladas), há três deles que apresentaram aumento nas importações, com destaque para a África do Sul que ampliou em 40% as importações de fumo brasileiro. Em 12 deles houve redução, sendo que em um houve estabilidade. A Irlanda, com queda de 85%, Hong Kong, queda de 41%, e o Irã que não importou nada (em 2013, havia importado mais de 3 mil toneladas) são destaques neste bloco.

E ainda no terceiro bloco de 13 países (de mil a três mil toneladas), em 9 deles houve queda no volume importado de fumo do Brasil.

Ou seja, apenas meia dúzia de países dentre os 45 maiores importadores de fumo brasileiro, aumentaram a quantidade das importações. Em mais de 35 deles houve redução significativa. Esse é o indício de que a Convenção-Quadro veio para ficar, no Brasil e no Mundo. E os agricultores e o Governo precisam tomar consciência dessa



BOLETIM DE JANEIRO

realidade.

Antes de concluir, merece novamente uma citação à parte o caso do Paraguai. Com toda essa dinâmica internacional, o Paraguai continua importando mais de 19 mil toneladas de fumo brasileiro, além do que vai para lá sem passar pela alfândega. Essa quantidade seria suficiente para que cada paraguaio (a) tivesse direito a 2.800 cigarros por ano, ou quase meio maço por dia. Ou será uma aposta de que o mercado ilegal continuará? O que pensa a indústria fumageira sobre isso?

Mas, voltando às exportações e para concluir: queda nas exportações significa queda na produção, o que significa redução (exclusão) no número de produtores. Ou há investimento em termos de políticas públicas de forma mais intensiva (ATER, crédito direcionado, compras institucionais, acesso à terra) ou a exclusão de famílias do campo será inevitável. As organizações da agricultura familiar, as entidades que apoiam a agricultura familiar, a sociedade civil precisa dialogar com o governo para que o artigo 17 da Convenção-Quadro ("apoio público a alternativas economicamente viáveis") seja mais reforçado, para além das iniciativas (de importância fundamental) já existentes.

Redução na área plantada

A queda nas exportações teve um efeito cascata sobre a produção na atual safra. O plantio da safra 2014/2015 teve redução na área cultivada. A tática, recomendada pelos sindicatos e entidades que representam os agricultores, serve para manter o lucro. A necessidade de se plantar menos se deu diante de alguns fatores como a queda no número de fumantes, o acúmulo de fumo em estoques e aumento da produção em países concorrentes como os africanos, por exemplo.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) a redução nos três estados do Sul

foi de 4,3% em relação à Safra 2013/2014. O fumo Virgínia teria tido redução de 3% enquanto que o Burley teve diminuição de 13% de sua área plantada. Já o Sinditabaco estimou as reduções entre 6% e 10% das áreas plantadas no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. A redução, segundo a Afubra, pode chegar a 698 mil toneladas se comparada à safra anterior.

Consequente queda na produção

A área cultivada nos três estados do Sul, que são responsáveis por 97% da produção brasileira, ficou em 308,2 mil hectares e o volume estimado é de 695,8 mil toneladas, o que representa 35 mil toneladas a menos do que na safra 2013/2014. Os números são, respectivamente, 4,77% e 4,86% inferiores aos da safra passada, de acordo como Anuário Brasileiro do Tabaco 2014.

Fumageiras não cumprem acordo de preço

Quanto à remuneração alcançada pelos agricultores nas primeiras entregas da produção da Safra 2014/2015 a média geral, segundo a Afubra, no principal tipo produzido, o Virgínia, é de R\$ 7,66 por quilo. Este valor representa um acréscimo de 3,65% em relação à média alcançada pela variedade na última safra. Número bem diferente dos acordados pelas empresas que representavam reajuste de 6,4%.

No Rio Grande do Sul o fumo tipo Virgínia mais bem classificado (o BO1) tem recebido em média R\$ 7,00 por quilo, na safra 2013/2014 o preço do BO1 era em média de R\$ 9,22 o quilo. Esse valor é também pago em média para os produtores da Região do Alto Vale do Itajaí que, segundo a Afubra, produz o melhor fumo do mundo.

A rigidez na classificação é a grande reclamação dos produtores. Muitos chegam a

BOLETIM DE JANEIRO

questionar a atuação da Afubra *“até que ponto a Afubra nos representa e luta pelos interesses dos associados?”*, perguntam.

A Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores Familiares do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) está realizando junto aos postos de compra das indústrias no estado um acompanhamento, por meio dos produtores de tabaco, para ver como as empresas estão realizando a compra do produto. Essa informação foi repassada pelo Assessor de Planejamento da federação, Irineu Berezanski. Segundo ele, a Fetaesc tem recebido diversas denúncias de produtores que alegam que as fumageiras têm classificado mal o fumo, para assim pagar um valor menor do que o acordado.

Segundo Irineu Berezanski já foram identificados casos no Sul de Santa Catarina. “Precisamos investigar isso. O fumo segue sendo um setor fundamental para a agricultura familiar.” Além disso, determinadas empresas estariam rejeitando algumas classes de tabaco e, com essa prática, descumprindo o contrato firmado com os agricultores. “Esse contrato obriga a fumageira a comprar todo o pé do tabaco, desde o baixeiro até a planta”, disse Irineu.

Fetag preocupada

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) está preocupada com os rumos da fumicultura no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul. Segundo o presidente da Federação, Carlos Joel da Silva, apenas duas empresas assinaram protocolo nesse ano, outras fumageiras sequer repassaram os custos para os produtores e ainda há aquelas que dão aumento apenas para algum tipo de classe. Joel alerta, também, que os produtores têm se queixado que a classificação das empresas que estão comprando é bastante rigorosa. Outra queixa, emenda Joel, é que sobre a política de algumas empresas que não querem

comprar fumo de baixa qualidade. Esses assuntos serão discutidos na próxima reunião da Comissão Estadual do Fumo, que vai acontecer ainda em fevereiro ou na primeira semana de março. O dirigente contou que a Comissão Interestadual de representação dos produtores está discutindo com as empresas a fim de reverter a política adotada por elas até o momento.

Vale lembrar que a Fetag foi contra o Artigo 17 da Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde que trata sobre a diversificação de culturas em propriedades que cultivam tabaco, como destaca o coordenador técnico do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais (Deser), Amadeu Bonato. “Talvez a Fetag tenha que pedir desculpas publicamente, principalmente aos agricultores produtores de fumo por ter sido insistentemente contra o artigo 17 da Convenção-Quadro. Esse quadro era bem previsível e a exclusão de agricultores, pressionados pelos baixos preços e pela não efetivação de acordos, é um processo inevitável”.

REFERÊNCIAS

http://www.gaz.com.br/conteudos/regiona/2015/01/15/39026-philip_morris_e_produtores_de_tabaco_assinam_acordo.html.php

<http://www.difusora910.com.br/noticias/110200/classificacao-de-fumo-pela-industria-gera-reclamacao-da-fetaesc>

<http://www.afubra.com.br/uploads/conteudo/94/Tabela-de-Preco-do-Tabaco-13-14.pdf>

<https://www.facebook.com/produtoresdefumo>

<http://www.fetagr.org.br/site/noticias.php?id=1747>